

Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

Informações Contábeis Intermediárias

Referentes aos Períodos de Três e Seis Meses findos
em 30 de Junho de 2013 e

Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais

Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	3
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012.....	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	13
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	14
1.1. Medida Provisória 579/2012 e Lei 12.783/2013	14
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	15
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	15
4.1. Fatores de risco financeiro	15
4.1.1. Análise da sensibilidade.....	15
4.2. Gestão de capital	16
4.3. Estimativa do valor justo.....	16
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	16
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
7. CLIENTES.....	17
8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER	18
8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado	18
8.2. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social	19
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	19
10. IMOBILIZADO	20
10.1. Custo atribuído no ativo imobilizado.....	21
10.2. Taxas de depreciação.....	22
10.3. Bens vinculados à concessão	22
10.4. Contratos de Concessão.....	22
10.5. Contratos de Concessão	22
10.6. Expansão 15%.....	23
11. INTANGÍVEL	23
12. FORNECEDORES.....	24
13. PARTES RELACIONADAS	24
13.1. Transações e saldos.....	24
13.2. Contrato de desenvolvimento de projetos	24
13.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração	25
14. DEBÊNTURES	25
14.1. Composição e vencimento.....	25
14.2. Movimentação.....	26
15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA	26
16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	26
17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS	27
17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	27
17.2. Contingências possíveis	28
18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS.....	28
19. ENCARGOS SETORIAIS	28
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
20.1. Capital Social	29
20.2. Reservas de Capital.....	29
20.3. Reservas de Lucros.....	29
20.4. Lucros acumulados	29
20.5. Ajustes de avaliação patrimonial	30
21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	30
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	31
23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE	32
23.1. Energia elétrica vendida.....	32
23.2. Energia elétrica comprada para revenda.....	33
23.3. Encargos de uso da rede elétrica	33
24. RESULTADO FINANCEIRO.....	34
25. LUCRO POR AÇÃO	34
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	35
27. SEGUROS.....	35
28. EVENTO SUBSEQUENTE	35
28.1. Quarta emissão de debêntures	35
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	37

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas 2.10 e 3.1.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 e válidas para essas Informações Trimestrais - ITR, os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PERÍODOS DE 1º DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2T2012	2T2013	% Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	306.298	319.883	4,4
(-) Deduções à receita operacional	(28.658)	(33.264)	16,1
Receita operacional líquida	277.640	286.619	3,2
(-) Despesas operacionais	(120.327)	(128.548)	6,8
Resultado do serviço	157.313	158.071	0,5
Ebitda	213.088	212.468	-0,3
<i>Margem Ebitda - %</i>	<i>76,7%</i>	<i>74,1%</i>	-3,4
Resultado financeiro	(27.473)	(23.332)	-15,1
Resultado operacional	129.840	134.739	3,8
Lucro líquido do período	86.106	89.594	4,1
<i>Margem líquida - %</i>	<i>31,0%</i>	<i>31,3%</i>	0,8
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.596.299	4.258.717	-7,3
Dívidas em moeda nacional	1.016.630	998.387	-1,8
Patrimônio líquido	3.004.526	2.629.506	-12,5
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	0,0
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	911,82	948,76	4,1

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta apresentou aumento de R\$ 13.585 ou 4,4%, no trimestre em comparação ao mesmo período do ano anterior, esse desempenho reflete os melhores preços negociados no período em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional apresentaram aumento de R\$ 4.606 ou 16,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento da venda de energia fora do Estado de São Paulo, em decorrência da alíquota do ICMS.

Receita operacional líquida

Em função dos fatores descritos acima, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 286.619 no trimestre, 3,2% superior ao mesmo período do ano anterior.

Despesas Operacionais

	2T2012	2T2013	% Variação
Depreciação e amortização	(55.775)	(54.397)	-2,5
Encargos de uso da rede elétrica	(20.540)	(18.266)	-11,1
Pessoal	(15.650)	(17.767)	13,5
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(13.315)	(14.202)	6,7
Serviços de terceiros	(12.040)	(9.631)	-20,0
Energia comprada para revenda e encargos de serviço do sistema	(3.978)	(7.004)	76,1
Outras	(2.322)	(2.122)	-8,6
Seguros	(933)	(1.109)	18,9
Material	(836)	(1.050)	25,6
Taxa de fiscalização da Aneel	(1.119)	(1.047)	-6,4
Aluguéis	(887)	(911)	2,7
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	134	(687)	-612,7
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.934	(355)	-105,1
	(120.327)	(128.548)	6,8

As despesas operacionais totalizaram R\$ 128.548 no trimestre, 6,8% superior aos R\$ 120.327 registrados no mesmo período do ano anterior.

A seguir, os principais fatores que impactaram nas despesas operacionais:

- Encargos de uso da rede elétrica - A redução de R\$ 2.274 ou 11,1%, em decorrência da revisão tarifária prevista na MP579, posteriormente convertida na Lei 12.783;
- Pessoal – Aumento de R\$ 2.117 ou 13,5% entre os períodos se deve, principalmente ao aumento do número de funcionários e a reajuste salarial;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – O aumento de R\$ 887 ou 6,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente ao reajuste de 3,5% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 72,87/MWh para R\$ 75,45/MWh a partir de 1º de janeiro de 2013 e ao maior volume gerado no trimestre de 2.787.037,74 MWh, 0,03% superior aos 2.707.043,29 MWh gerados no mesmo período de 2012;
- Serviços de terceiros – A redução de R\$ 2.409 ou 20,0%, deve-se, principalmente à despesas com assessoria financeira e a pequenas reformas no escritório de São Paulo no mesmo período do ano anterior, não necessárias no ano corrente;
- Energia elétrica comprada para revenda e encargos de serviços do sistema – Aumento de R\$ 3.026 ou 76,1%, no período referente, principalmente, ao rateio de encargos em função do despacho das térmicas;
- Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais – A redução de R\$ 821 ou 612,7%, com relação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente pela reversão de provisão ocorrida no segundo trimestre de 2012 no montante de R\$ 545 referente à contingência trabalhista, e
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa – A variação de R\$ 7.289 ou 105,1%, com relação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente à reversão da provisão no segundo trimestre de 2012 em decorrência da negociação e recuperação parcial de valores faturados que estavam vencidos.

Ebitda e margem Ebitda

	2T2012	2T2013	% Variação
Lucro líquido do período	86.106	89.594	4,1
Imposto de renda e contribuição social	43.734	45.145	3,2
Resultado financeiro (líquido)	27.473	23.332	-15,1
Depreciação e amortização	55.775	54.397	-2,5
Ebitda	213.088	212.468	-0,3
<i>Margem Ebitda</i>	<i>76,7%</i>	<i>74,1%</i>	

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Ao fazer tais comparações, entretanto, deve-se ter em mente que o Ebitda não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e que pode ser calculado de forma diferente por diferentes companhias.

O Ebitda da Companhia apresentou decréscimo de 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em decorrência da redução na receita operacional líquida e dos maiores montantes em despesas operacionais em rubricas como a energia comprada.

Resultado financeiro

	2T2012	2T2013	% Variação
Receitas financeiras	13.166	6.500	-50,6
Despesas financeiras	(40.639)	(29.832)	-26,6
Resultado financeiro líquido	(27.473)	(23.332)	-15,1

O resultado financeiro líquido diminuiu em R\$ 4.141 ou 15,1% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Houve uma redução nas receitas financeiras de 50,6%, principalmente em razão do menor volume médio aplicado no período e decréscimo de 26,6% nas despesas financeiras, principalmente, pela queda do Índice Geral de Preços (IGP-M) no trimestre, de 0,63% ante 2,45% do mesmo período do ano anterior. O IGP-M remunera aproximadamente 64,6% da dívida da Companhia.

Debêntures

Perfil da dívida	Série	Moeda	Remuneração	Vencimento	2T2012	2T2013	
Debêntures	1ª emissão	Série 1	Reais	Variação CDI + 2,15% a.a.	15/09/2013	128.032	63.978
Debêntures	1ª emissão	Série 2	Reais	Variação IPCA + 11,65 % a.a.	15/09/2015	120.821	128.673
Debêntures	2ª emissão	Série única	Reais	Variação IGP-M + 8,59% a.a.	16/07/2015	612.057	650.693
Debêntures	3ª emissão	Série única	Reais	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/2017	155.720	155.043
					1.016.630	998.387	

O montante de debêntures da Companhia no trimestre é de R\$ 998.387, inferior em 1,8% em comparação aos R\$ 1.016.630 do mesmo período do ano anterior decorrente de pagamentos realizados.

Dívida financeira líquida

A dívida financeira líquida, representada por debêntures deduzidas dos recursos em caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$ 646.251, 27,2% superior aos R\$ 508.097 do mesmo período no ano anterior, em decorrência, principalmente, da redução de capital de R\$ 300.000 em 10 de agosto de 2012.

	2T2012	2T2013	% Variação
Debêntures	1.016.630	998.387	-1,8%
Caixa	(508.533)	(352.136)	-30,8%
Dívida líquida	508.097	646.251	27,2%

Lucro líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no segundo trimestre de 2013, lucro líquido de R\$ 89.594, resultado superior em 4,1% aos R\$ 86.106 registrados no mesmo período do ano anterior.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2013	31/12/2012
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	352.136	169.552
Clientes	7	120.467	116.369
Tributos a recuperar	8	3.819	22.735
Serviços em curso		11.566	8.414
Despesas antecipadas		2.629	363
Devedores diversos		1.468	64
Partes relacionadas	13	-	391
Outros ativos		1.507	97
		493.592	317.985
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes	7	1.852	-
Tributos a recuperar	8	318	318
Depósitos judiciais	9	12.902	11.998
Fundos vinculados		505	475
Despesas antecipadas		4.120	4.123
		19.697	16.914
Investimentos		26	26
Imobilizado	10	3.711.754	3.804.779
Intangível	11	33.648	34.667
Total do ativo não circulante		3.765.125	3.856.386
Total do ativo		4.258.717	4.174.371

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2013	31/12/2012
Circulante			
Fornecedores	12	28.372	49.796
Salários e encargos sociais		7.102	13.638
Debêntures	14	386.769	346.139
Tributos a recolher	8	86.620	22.200
Dividendos e juros sobre capital próprio	20.4	1.191	158.926
Obrigações estimadas		7.947	5.901
Cibacap	15	1.610	2.278
Encargos setoriais	19	24.395	24.209
Outros passivos		365	298
		544.371	623.385
Não circulante			
Debêntures	14	611.618	604.024
Receitas diferidas		7.276	5.310
Obrigações especiais	18	6.844	6.915
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	17	20.396	17.804
Cibacap	15	7.496	7.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	418.120	431.762
TUSDg - Encargo de Uso da Rede	12	3.917	3.469
Encargos setoriais	19	8.847	6.455
Outros passivos		325	325
		1.084.839	1.083.432
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.339.138	1.339.138
Reservas de capital	20.2	99.512	99.432
Reserva de lucros	20.3	90.971	90.211
Lucros acumulados	20.4	194.369	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.5	905.517	938.773
		2.629.507	2.467.554
Total do passivo e patrimônio líquido		4.258.717	4.174.371

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>01/04/2013 a 30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/06/2013</u>	<u>01/04/2012 a 30/06/2012</u>	<u>01/01/2012 a 30/06/2012</u>
Receita operacional líquida	21	286.619	561.972	277.640	563.041
(Despesas)/receitas operacionais					
Pessoal		(17.767)	(33.403)	(15.650)	(30.444)
Material		(1.050)	(1.865)	(836)	(1.713)
Serviços de terceiros		(9.631)	(17.964)	(12.040)	(18.853)
Taxa de fiscalização da Aneel		(1.047)	(2.095)	(1.119)	(2.238)
Energia comprada para revenda	23.2	(7.004)	(31.413)	(3.978)	(8.199)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(18.266)	(36.778)	(20.540)	(41.075)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(14.202)	(27.228)	(13.315)	(28.100)
Depreciação e amortização (Provisão)/reversão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	10 e 11	(54.397)	(108.804)	(55.775)	(111.560)
(Provisão)/Reversão para crédito de liquidação duvidosa	17	(687)	(3.261)	134	64
Aluguéis		(355)	2.389	6.934	4.610
Seguros		(911)	(1.776)	(887)	(1.744)
Outras		(1.109)	(2.191)	(933)	(1.833)
	22	(28.122)	(3.569)	(2.322)	(3.887)
		(128.548)	(267.958)	(120.327)	(244.972)
Lucro operacional		158.071	294.014	157.313	318.069
Resultado financeiro					
Receitas		6.500	10.658	13.166	25.731
Despesas		(29.832)	(61.653)	(40.639)	(69.633)
	24	(23.332)	(50.995)	(27.473)	(43.902)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		134.739	243.019	129.840	274.167
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(52.975)	(95.938)	(49.057)	(105.183)
Diferido		7.830	14.032	5.323	12.640
	8.2	(45.145)	(81.906)	(43.734)	(92.543)
Lucro líquido do período		89.594	161.113	86.106	181.624
Lucro por ação de operações continuadas (em R\$ por ação)					
Basico/diluído por ação PN	25	0,9488	1,7061	0,9118	1,9233
Basico/diluído por ação ON	25	0,9488	1,7061	0,9118	1,9233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro líquido do período	161.113	181.624
Ganhos/(perdas) atuariais com plano de pensão de benefício definido	1.151	(3.734)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos/(perdas) atuariais	(391)	1.270
	<u>760</u>	<u>(2.464)</u>
Resultado abrangente do período	<u>161.873</u>	<u>179.160</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

	Reservas			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 20.5)	Total
	Capital social	Capital	Lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.339.138	99.432	90.211	-	938.773	2.467.554
Resultado abrangente do período	-	-	-	161.113	-	161.113
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.151	1.151
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	(391)	(391)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	760	-	(760)	-
Reclassificação ganhos atuariais líquidas - CPC 33 (R1)	-	-	760	161.113	-	161.873
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	80	-	-	-	80
Pagamento baseado em ações	-	-	-	50.388	(50.388)	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 20.5)	-	-	-	(17.132)	17.132	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	80	-	33.256	(33.256)	80
Saldos em 30 de junho de 2013	1.339.138	99.512	90.971	194.369	905.517	2.629.507

	Reservas			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital Social	Capital	Lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2012	1.639.138	99.330	71.863	-	1.014.934	2.825.265
Resultado abrangente do período	-	-	-	181.624	-	181.624
Lucro líquido do período	-	-	-	-	(3.734)	(3.734)
Perdas atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	1.270	1.270
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre perdas atuariais	-	-	(2.464)	-	2.464	-
Reclassificação perdas atuariais líquidas - CPC 33 (R1)	-	-	(2.464)	181.624	-	179.160
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	102	-	-	-	102
Pagamento baseado em ações	-	-	-	51.926	(51.926)	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(17.655)	17.655	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	102	-	34.271	(34.271)	102
Saldos em 30 de junho de 2012	1.639.138	99.432	69.399	215.895	980.663	3.004.527

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do período	161.113	181.624
Ajustes em:		
Depreciação e amortização	108.804	111.560
Baixas do ativo imobilizado / intangível	281	461
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.032)	12.640
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	(2.389)	(4.610)
Provisão de juros sobre debêntures	43.138	47.333
Variação monetária sobre debêntures	14.146	18.131
Provisões/(reversões) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	3.261	(64)
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	176	411
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(378)	(422)
Pagamento baseado em ações	80	101
Variações no capital circulante		
Clientes	(3.561)	(2.213)
Devedores diversos	(1.404)	(1.024)
Partes relacionadas	391	497
Depósitos judiciais	(526)	-
Serviços em curso	(3.152)	(1.590)
Fundos vinculados	(30)	(27)
Despesas antecipadas	(2.263)	(1.743)
Fornecedores	(20.976)	(4.037)
Salários e encargos sociais	(6.536)	(2.904)
Impostos, taxas e contribuições	111.454	77.879
Obrigações estimadas	2.046	1.766
Receita diferida	1.966	3.110
Cibacap	(540)	(1.163)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(845)	(1.029)
Outras variações ativas e passivas	1.995	(2.262)
Caixa gerado pelas operações	392.219	432.425
Juros pagos sobre debêntures	(9.060)	(10.084)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.849)	(71.598)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	368.310	350.743
Fluxos de caixa de atividades de investimentos		
Adições no ativo imobilizado	(14.642)	(5.122)
Adições no ativo intangível	(470)	(603)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.112)	(5.725)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Valor recebido pela emissão de debêntures	-	150.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(170.614)	(196.856)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(170.614)	(46.856)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	182.584	298.162
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	169.552	210.371
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	352.136	508.533

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receitas		
Vendas de energia	618.854	620.412
Receita relativas à construção de ativos próprios	14.642	5.122
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.389	4.610
	635.885	630.144
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia comprada e encargos de uso da rede	(68.191)	(49.274)
Materiais e serviços de terceiros	(19.829)	(20.566)
Construção de ativos próprios	(14.642)	(5.122)
Outros custos operacionais	(8.153)	(4.963)
	(110.815)	(79.925)
Valor adicionado bruto	525.070	550.219
Depreciação e amortização	(108.804)	(111.560)
Valor adicionado líquido produzido	416.266	438.659
Aluguéis	33	28
Receitas financeiras	10.658	25.731
Outras	9.517	-
Valor adicionado recebido em transferência	20.208	25.759
Valor adicionado total a distribuir	436.474	464.418
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	16.681	15.353
Benefícios	3.720	3.477
FGTS	1.783	1.550
Provisão para gratificação (bônus)	3.651	3.479
Participação nos resultados	1.953	1.607
Encargos sociais (exceto INSS)	1.563	1.387
	29.351	26.853
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	174.342	182.088
Estaduais	8.170	2.410
Municipais	69	66
	182.581	184.564
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	1.776	1.744
Juros sobre debêntures	43.138	47.333
Variação monetária sobre debêntures	14.146	18.131
Outras despesas financeiras	4.369	4.169
	63.429	71.377
Outros		
Lucros retidos	161.113	181.624
	161.113	181.624
Valor adicionado distribuído	436.474	464.418

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Em 30 de junho de 2013 a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 50.779 decorrente da classificação, no passivo circulante, de duas parcelas das debêntures a vencer em julho e setembro de 2013. O plano da Administração para liquidação desta dívida será com recursos oriundos do caixa operacional da empresa a ser gerado no ano e refinanciamento das debêntures.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de agosto de 2013.

1.1. Medida Provisória 579/2012 e Lei 12.783/2013

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal promulgou a Medida Provisória nº 579, convertida em Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais e a modicidade tarifária, permitindo às companhias com concessões vincendas entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar a renovação dos contratos mediante condições específicas.

As concessões alcançadas pelo art. 1º da MP 579, posteriormente convertida na Lei 12.783, correspondem a concessões de serviços públicos, outorgadas anteriormente a 14 de fevereiro de 1995. As concessões da Companhia são de uso de bem público, outorgadas posteriormente a 14 de fevereiro de 1995, portanto fora da abrangência da legislação ora citada.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

A Companhia declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.18 daquelas demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos e interpretações de CPC/IFRS vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013 e concluiu que não impactam significativamente suas demonstrações financeiras

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 daquelas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia declara que as informações sobre fatores de risco financeiro descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas 4.1.1 a 4.1.7 daquelas demonstrações financeiras, exceto pela análise da sensibilidade, descrita a seguir:

4.1.1. Análise da sensibilidade

A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de junho de 2013 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros dois cenários, com variações de risco de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

			30/06/2013	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Debêntures	Emissão							
IGP-M	2ª	IGP-M	(650.693)	(74.263)	(83.447)	(92.631)	(101.815)	(110.999)
IPCA	1ª S2	IPCA	(128.673)	(18.551)	(20.331)	(22.111)	(23.891)	(25.671)
CDI	1ª S1	CDI	(63.978)	(1.064)	(1.424)	(1.783)	(2.143)	(2.503)
CDI	3ª	CDI	(155.043)	(8.760)	(12.248)	(15.737)	(19.225)	(22.714)
			(998.387)	(102.638)	(117.450)	(132.262)	(147.074)	(161.887)
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	352.136	15.846	23.769	31.692	39.615	47.538
Total da Exposição Líquida			(646.251)	(86.792)	(93.681)	(100.570)	(107.459)	(114.348)
		Variação dos índices		Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
		IGP-M		2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
		IPCA		2,77%	4,15%	5,53%	6,92%	8,30%
		CDI		4,50%	6,75%	9,00%	11,25%	13,50%

4.2. Gestão de capital

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Debêntures	998.387	950.163
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(352.136)</u>	<u>(169.552)</u>
Dívida líquida	646.251	780.611
Patrimônio líquido	<u>2.629.507</u>	<u>2.467.554</u>
Total do capital	<u>3.275.758</u>	<u>3.248.165</u>
Índice de alavancagem financeira (%)*	19,7	24,0

*Dívida líquida / total do capital

As variações do saldo de Gestão de Capital decorrem da movimentação normal do presente do período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 4.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

4.3. Estimativa do valor justo

A Companhia declara que as informações sobre estimativa do valor justo descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 4.3 daquelas demonstrações financeiras.

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide Notas 6 e 7):

		Ativos financeiros	
<u>Standard & Poor's</u>	<u>Moody's</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A-3	BR-1	207.690	126.977
A-2	BR-1	140.512	39.202
A-2	-	3.927	3.365
-	BR-1	4	5
*	*	3	3
		<u>352.136</u>	<u>169.552</u>

* O saldo de R\$ 3 em 30 de junho de 2013 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	998	493
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	327.413	164.939
Fundo renda fixa	<u>23.725</u>	<u>4.120</u>
	<u>352.136</u>	<u>169.552</u>

As variações do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

7. CLIENTES

	<u>30/06/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Clientes de contratos bilaterais	83.980	-	67.118	-
Clientes de contratos de leilão	27.353	1.852	48.544	-
Energia de curto prazo (MRE/PLD)	9.681	-	3.643	-
	<u>121.014</u>	<u>1.852</u>	<u>119.305</u>	<u>-</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(547)	-	(2.936)	-
	<u>120.467</u>	<u>1.852</u>	<u>116.369</u>	<u>-</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	(2.936)
Reversão da PCLD	2.744
Provisão da PCLD	<u>(355)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>(547)</u>

Em fevereiro de 2013, a Companhia reverteu a PCLD no montante de R\$ 2.744, em decorrência do recebimento da primeira das 60 parcelas devidas, de acordo com o plano de recuperação judicial proposto pelo cliente e aprovado em assembleia de credores em setembro de 2012.

Composição do contas a receber:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer - curto prazo	120.822	116.369
A vencer - longo prazo	1.852	-
Vencida há mais de 90 dias	<u>192</u>	<u>2.936</u>
	<u>122.866</u>	<u>119.305</u>

As variações do saldo de Clientes decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	30/06/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	3.568	-	22.404	-
PIS e COFINS	191	-	254	-
ICMS	-	318	17	318
ISS	21	-	21	-
INSS	39	-	39	-
	3.819	318	22.735	318
Passivo				
IRPJ e CSLL	76.924	-	-	-
PIS e COFINS	8.253	-	8.351	-
ICMS	1.242	-	741	-
IRRF sobre JSCP	-	-	12.879	-
Outros	201	-	229	-
	86.620	-	22.200	-
Ativo de imposto diferido				
Diferenças temporárias	-	(8.510)	-	(9.939)
Benefício fiscal	-	(38.856)	-	(41.194)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	465.486	-	482.895
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	418.120	-	431.762

As variações do saldo de Tributos a Recuperar/Recolher decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita nas notas explicativas 8 e 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	30/06/2013		31/12/2012	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(191.111)	126.129	(64.982)	(62.644)
Saldos no final do período	114.295	(75.439)	38.856	41.194

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social

	30/06/2013	30/06/2012
Amortização do ágio	(6.876)	(7.245)
Reversão da provisão	4.538	4.782
Benefício fiscal	2.338	2.463
Efeito líquido no período	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 - 2019	2020 - 2023	2023 em diante	Total
Realização estimada	2.338	4.334	4.002	3.695	3.299	5.576	6.317	9.295	38.856

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 8.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

8.2. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	30/06/2013		30/06/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	243.019	243.019	274.167	274.167
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	60.755	21.872	68.542	24.675
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Amortização encargo credor inflacionário	(1.106)	37	(1.125)	38
Reversão/(provisão) de PCLD	(597)	(215)	(1.794)	(646)
Benefício fiscal - ágio incorporado (Res. Aneel nº 02/2002)	(1.152)	(408)	(1.811)	(652)
Despesas indedutíveis	713	117	797	213
Lei Rouanet e Fundo da Criança	(480)	-	(600)	-
Ajustes decorrentes do RTT	13.109	4.719	13.783	4.962
Diferenças temporárias no resultado	(10.318)	(3.714)	(9.294)	(3.346)
Outros	(1.051)	(374)	(889)	(311)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	59.872	22.034	67.609	24.934
IRPJ e CSLL corrente com efeito no resultado	70.190	25.748	76.903	28.280
IRPJ e CSLL diferidos com efeito no resultado	(10.318)	(3.714)	(9.294)	(3.346)
	59.872	22.034	67.609	24.934
Alíquota efetiva do IRPJ e CSLL	24,64%	9,07%	24,66%	9,09%

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/06/2013	31/12/2012
Ambiental	4.506	3.846
Fiscal:		
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.242	1.206
Multa de mora sobre IRRF, IRPJ e CSLL	874	851
Multa de mora sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF	6.280	6.095
	8.396	8.152
	12.902	11.998

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões para riscos prováveis e todos são atualizados monetariamente (vide Nota 17).

A Companhia declara que as informações sobre depósitos judiciais descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem as mesmas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 9.

10. IMOBILIZADO

a) Composição

			30/06/2013	31/12/2012	Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	210.997	-	210.997	210.997	-
Reservatórios, barragens e adutoras	3.445.864	(694.236)	2.751.628	2.827.376	4,5%
Edificações, obras civis e benfeitorias	466.467	(133.957)	332.510	339.977	3,2%
Máquinas e equipamentos	777.393	(196.836)	580.557	600.719	5,7%
Veículos	5.054	(2.537)	2.517	2.936	16,1%
Móveis e utensílios	1.748	(1.274)	474	580	14,7%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	-
	4.706.848	(1.028.840)	3.678.008	3.781.910	
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras	761	-	761	506	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	331	
Máquinas e equipamentos	27.643	-	27.643	17.143	
Móveis e utensílios	556	-	556	549	
	28.960	-	28.960	18.529	
Terrenos	4.249	-	4.249	4.249	
Veículos	537	-	537	91	
	4.740.594	(1.028.840)	3.711.754	3.804.779	
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(6.942)	301	(6.641)	(6.680)	
	4.733.652	(1.028.539)	3.705.113	3.798.099	

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2012	Adições	Deprec.	Baixas	Reclass. e transf.	Valor líquido em 30/06/2013
Terrenos	215.246	-	-	-	-	215.246
Reservatórios, barragens e adutoras	2.827.882	255	(77.399)	-	1.651	2.752.389
Edificações, obras civis e benfeitorias	340.308	220	(7.467)	-	(551)	332.510
Máquinas e equipamentos	617.862	13.496	(21.973)	(184)	(1.001)	608.200
Veículos	3.027	565	(419)	(91)	(28)	3.054
Móveis e utensílios	1.129	106	(128)	(6)	(71)	1.030
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.804.779	14.642	(107.386)	(281)	-	3.711.754
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(6.680)	-	39	-	-	(6.641)
	3.798.099	14.642	(107.347)	(281)	-	3.705.113

10.1. Custo atribuído no ativo imobilizado

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) e contratou uma consultoria especializada para elaboração da avaliação do Ativo Imobilizado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, método de depreciação de Ross-Heidecke, que considera o estado de conservação e a vida transcorrida da edificação para obter seu custo atribuído, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Em 1º de janeiro de 2009, data da adoção inicial do IFRS, o ativo imobilizado foi acrescido em R\$ 2.083.565 pela aplicação do custo atribuído em contrapartida de ajustes de avaliação patrimonial no grupo do patrimônio líquido. No contexto do cálculo do valor justo, a Companhia considerou os valores residuais reembolsáveis de concessão e o acréscimo do valor justo foi limitado ao valor de indenização. Desta forma, a Companhia constituiu reserva de R\$ 200.675, referente saldo residual ao final da concessão das usinas Canoas I e II.

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos períodos findos em 30/06/2013 e 30/06/2012 foi de R\$ 50.297 e R\$ 51.574, respectivamente.

Para a avaliação dos bens móveis, utilizou-se principalmente o método da quantificação do custo. No que concerne ao método comparativo direto de dados de mercado, ele depende da natureza do ativo, da disponibilidade de informações relevantes de mercado, assim como das informações na lista de ativos fixos.

O método comparativo direto de dados de mercado baseia-se em condições e transações do mercado. Neste método, o custo atribuído é determinado através da comparação de transações recentes e ofertas de bens similares ao bem avaliado, quando disponíveis.

No método comparativo direto de dados de mercado, a depreciação física e outras obsolescências são medidas pelo próprio mercado, já que os bens são cotados no estado (usados).

Para os ativos que não possuem informações de mercado suficientes, foi considerada a utilização do método da quantificação do custo. Na análise dos avaliadores, o Custo de Reprodução ou Reposição do Bem Novo – CRN, para cada bem, foi calculado tanto na maneira direta quanto na indireta. Sob o método direto, o CRN estimado para os ativos foi alcançado utilizando-se dos preceitos de Greenfield que, neste contexto, indica que a estimativa de CRN considera a reposição/reprodução do bem num local não preparado para tal, ou seja, consideram-se todos os custos inerentes à instalação e operação do ativo.

Para todos os outros ativos aos quais não foi aplicado o método do custo direto, utilizou-se o método indireto. Neste método, o CRN de cada ativo ou grupo de ativos foi determinado atualizando o custo contabilizado original tendo em conta as idades e tipos de cada ativo. Esses custos geralmente incluem o custo-base do ativo e quaisquer custos adicionais considerando sua instalação.

Devido ao fato dos ativos estarem em uso há certo tempo, é razoável assumir que seu custo atribuído é menor do que seu CRN. Portanto, devem-se considerar obsolescências físicas e funcionais assim como diversos fatores econômicos que podem afetar sua utilidade e valor.

Para as contas “Barragem”, “Máquinas” e “Móveis”, aplicou-se um fator residual de 5% incidindo sobre seu valor de reposição. Para a conta de veículos, o fator atribuído foi de 10%. Vale lembrar que no caso de veículos avaliados a valor de mercado, não há necessidade de utilização de fator residual.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico.

10.2. Taxas de depreciação

A Companhia calcula sua depreciação pelo método linear, por componente, cuja taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens de acordo com estabelecido pelo órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

10.3. Bens vinculados à concessão

De acordo com os contratos de concessão 76/1999 e 183/1998, é vedada à Companhia alienar ou ceder a qualquer título os bens e instalações considerados servíveis à concessão sem a prévia e expressa autorização da Aneel. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Encontra-se pendente na Aneel a definição sobre a audiência pública nº 39/2010, que trata da revisão da resolução supra mencionada.

10.4. Contratos de Concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão – RGR, para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 14 de janeiro de 2000, através da Resolução Aneel 14/2000, homologou o 6º Termo Aditivo ao contrato de constituição do Consórcio Canoas, tendo como partes a Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA. Tal contrato prevê que 50,3% da energia gerada serão disponibilizados à CBA e os 49,7% restantes pertencerão à Companhia. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

10.5. Contratos de Concessão

					Concessões em 30/06/2013			
Contrato de Concessão					Potência Instalada	Energia Assegurada	Início da Concessão	Vencimento
ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	(MW)	(MW médio)		
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	172,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	330,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	200,6	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	176,0	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/1998	29/07/2033
					2.241,3	1.085,6		

Em 27 de dezembro de 2012 foi publicada portaria do MME nº 184/2012, que prevê a redução de 1,4 (MW médio) no total de garantia física da Companhia, alterando o valor referente a UHE – Taquaruçu de 201 MW médios para 200,6 MW médios e referente a UHE - Rosana de 177 MW médios para 176 MW médios. Estas reduções foram motivadas por um processo de

revisão extraordinária da garantia física, previsto na portaria do MME nº 861/2010, e estão sendo objeto de discussão na esfera administrativa no sentido de revertê-las.

A íntegra das informações sobre Contratos de Concessão está descrita na nota explicativa 10.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

10.6. Expansão 15%

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer movida pelo Estado de São Paulo referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada tramita em segredo de justiça.

11. INTANGÍVEL

O saldo em 30 de junho de 2013 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem e pela UBP.

a) Composição

	30/06/2013		31/12/2012		Taxa média anual de amortização
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
UBP	53.494	(22.966)	30.528	31.447	3%
Software	21.838	(19.863)	1.975	1.729	5%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	75.407	(42.829)	32.578	33.251	
Em curso					
Software	1.070	-	1.070	1.416	
	76.477	(42.829)	33.648	34.667	
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(320)	117	(203)	(235)	
	76.157	(42.712)	33.445	34.432	

b) Movimentação intangível

	Valor líquido em 31/12/2012	Adições	Amortiz.	Valor líquido em 30/06/2013
UBP	31.447	-	(919)	30.528
Software	3.145	470	(570)	3.045
Servidão de passagem	75	-	-	75
	34.667	470	(1.489)	33.648
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(235)	-	32	(203)
	34.432	470	(1.457)	33.445

12. FORNECEDORES

	30/06/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Suprimento de energia elétrica	16.307	-	36.236	-
Materiais e serviços contratados	4.382	-	4.609	-
Tusd-g	810	3.917	1.321	3.469
Encargos de uso da rede elétrica				
Tust	6.857	-	7.614	-
Encargos de conexão	16	-	16	-
	28.372	3.917	49.796	3.469

A rubrica de suprimento de energia elétrica refere-se ao processo de compra de energia no mercado de curto prazo - PLD, no âmbito da CCEE.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante.

As variações do saldo de Fornecedores decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

13. PARTES RELACIONADAS

13.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com as empresas ligadas DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda (“DEB”) e com a Duke Energy International, Brasil Ltda (“Duke Brasil”). Os valores estimados destes contratos para o ano de 2013 foram de R\$ 3.240 e de R\$ 886 respectivamente. O saldo a receber de partes relacionadas em 30 de junho de 2013 é de R\$ 0 (R\$ 391 em 31 de dezembro de 2012), sendo que, deste montante, R\$ 0 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2012) referem-se a pequenas despesas reembolsadas.

Na medida em que clientes da Companhia necessitam de garantias em operações comerciais, a Duke Brasil fornece essas garantias em nome da Companhia, cujo montante em 30 de junho de 2013 é de R\$ 161.719 (R\$ 115.489 em 31 de dezembro de 2012). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos.

13.2. Contrato de desenvolvimento de projetos

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada, em AGE, a assinatura do Contrato de Desenvolvimento de Projetos (“Contrato”), tendo como contraparte empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, denominada Duke Energy International, Brasil Ltda. (“Duke Brasil”), acionista controladora da Companhia, que tem por objeto a participação em licitações e/ou leilões realizados no âmbito do setor elétrico, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações. O objetivo do Contrato é estabelecer: (a) as diretrizes gerais e a forma de execução da cooperação entre a Duke Brasil e a Companhia para o desenvolvimento dos projetos com o suporte da Companhia.

A celebração de tais instrumentos pela Companhia entre as empresas do grupo, Duke Brasil e Duke Commercial, estão de acordo com os termos da Resolução Normativa da Aneel nº 334/2008 e com as Políticas Internas da Companhia.

A íntegra das informações sobre Contrato de Desenvolvimento de Projetos está descrita na nota explicativa 13.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

13.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	<u>01/04/2013 - 30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 - 30/06/2013</u>	<u>01/04/2012 - 30/06/2012</u>	<u>01/01/2012 - 30/06/2012</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.385	2.712	1.477	2.974
Benefícios pós-emprego	40	79	44	87
	<u>1.425</u>	<u>2.791</u>	<u>1.521</u>	<u>3.061</u>
Remuneração baseada em ações	80	80	101	101
	<u>1.505</u>	<u>2.871</u>	<u>1.622</u>	<u>3.162</u>

As variações do saldo de Remuneração do Pessoal-Chave da Administração decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 13.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

14. DEBÊNTURES

14.1. Composição e vencimento

a) Composição

Emissão	Série	Principal + Encargos em			
		<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Emissão	Série 1	63.978	-	63.569	-
1ª Emissão	Série 2	68.163	60.510	57.212	60.410
2ª Emissão	Única	249.098	401.595	219.592	394.198
3ª Emissão	Única	5.530	149.513	5.766	149.416
		<u>386.769</u>	<u>611.618</u>	<u>346.139</u>	<u>604.024</u>

b) Vencimento a longo prazo

	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Total</u>
Não circulante	248.461	213.352	74.805	75.000	611.618

14.2. Movimentação

	1ª Emissão		2ª Emissão	3ª Emissão	Total
	Série 1	Série 2	Série Única	Série Única	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	63.569	117.623	613.790	155.181	950.163
Movimentação das debêntures					
Amortização de principal					
Apropriação juros	2.813	6.863	26.154	6.064	41.894
Apropriação de variação monetária	-	4.088	10.058	-	14.146
Amortização de custos de transação	356	99	691	98	1.244
Pagamento de juros	(2.760)	-	-	(6.300)	(9.060)
	409	11.050	36.903	(138)	48.224
Saldo em 30 de junho de 2013	63.978	128.673	650.693	155.043	998.387

As variações do saldo de Debêntures decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	30/06/2013	31/12/2012
Circulante	1.610	2.278
Não circulante	7.496	7.368
	9.106	9.646

As variações do saldo de Cibacap decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 30 de junho de 2013, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide Nota 24):

Despesa/(Receita) anual reconhecida no resultado do exercício

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Custo do serviço corrente	675	1.350	545	1.089
Juros sobre obrigação atuarial	4.397	8.794	3.825	7.650
Rendimento esperado do ativo do plano	(4.745)	(9.490)	(5.930)	(11.860)
Contribuições dos empregados	405	810	(171)	(341)
	732	1.464	(1.731)	(3.462)

As variações do saldo de Plano de Pensão e Aposentadoria decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

Devido a variação ocorrida das taxas de juros no segundo trimestre de 2013, a Administração preparou uma análise de sensibilidade para avaliar a necessidade de registro de ajuste adicional na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2012, cujo resultado foi o de divulgação de ativo atuarial não reconhecido. Como resultado dessa análise, a Administração não

identificou nenhum ajuste que poderia ser necessário no passivo em 30 de junho de 2013, permanecendo a apuração de ativo atuarial não reconhecido.

17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas envolvendo riscos de perda classificados por nossos consultores jurídicos externos como provável e possível descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 17 daquelas demonstrações financeiras.

17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

Composição

				30/06/2013	31/12/2012
	Valor atualizado	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	5.151	5.151	(2.003)	3.148	3.250
Fiscais	13.296	13.296	(620)	12.676	11.692
Ambientais	4.572	4.572	-	4.572	2.862
	23.019	23.019	(2.623)	20.396	17.804

Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	3.250	11.692	2.862	17.804
Contingências				
Provisões no período	850	903	1.589	3.342
Reversões no período	(81)	-	-	(81)
Atualizações de contingências	-	92	139	231
Acordos / pagamentos no período	(284)	-	(18)	(302)
	485	995	1.710	3.190
Depósitos judiciais				
Atualizações	(44)	(11)	-	(55)
(Adições)	(831)	-	-	(831)
Baixas	288	-	-	288
	(587)	(11)	-	(598)
Total da movimentação no período	(102)	984	1.710	2.592
Saldo em 30 de Junho de 2013	3.148	12.676	4.572	20.396

As variações do saldo de Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Ambientais prováveis decorrem da movimentação normal do presente período, sendo que os principais novos processos estão descritos a seguir:

a) Fiscais

Para o período de seis meses, findo em 30 de junho de 2013, a adição de provisão para riscos fiscais com expectativa de perda provável refere-se a:

- i. Processo administrativo nº 16349.720176/2012-22, que trata de pedidos de compensação de PIS e COFINS via PER/DCOMP não homologados a partir do ano fiscal de 2008.

b) Ambientais

Para o período findo em 30 de junho de 2013, a adição de provisão para riscos ambientais com expectativa de perda provável refere-se a:

- i. Reavaliação de ações movidas por pescadores referentes a danos ambientais decorrente de acórdão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no montante de R\$ 1.550 em janeiro de 2013 (R\$ 395 em 31 de dezembro de 2012).

17.2. Contingências possíveis

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	10.484	9.892
Fiscais	54.670	48.553
Ambientais	31.914	30.679
Regulatórias	42.838	42.225
	<u>139.906</u>	<u>131.349</u>

As variações de Contingências Possíveis decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 17.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provenientes do ativo imobilizado (vide Nota 10)		
Reserva global de reversão - RGR	4.947	4.947
Doações de equipamentos (ONS)	1.545	1.574
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	149	159
	<u>6.641</u>	<u>6.680</u>
Provenientes do ativo intangível (vide Nota 11)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (<i>Software</i>)	203	235
	<u>6.844</u>	<u>6.915</u>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

19. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	<u>30/06/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	9.829	-	9.053	-
Taxa de fiscalização da Aneel	349	-	373	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.217	8.847	14.783	6.455
	<u>24.395</u>	<u>8.847</u>	<u>24.209</u>	<u>6.455</u>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social

Em 30 de junho de 2013, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.339.138 (R\$ 1.339.138 em 31 de dezembro de 2012) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Acionistas	Posição Acionária em 30/06/2013 (Em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Duke Energy Internat. Brasil Ltda.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy Internat. Brazil Holdings Ltd.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitan de São Paulo	-	-	1.324	2,10	1.324	1,40
Demais pessoas físicas e jurídicas	297	0,94	3.046	4,84	3.343	3,54
	<u>31.478</u>	<u>100,00</u>	<u>62.955</u>	<u>100,00</u>	<u>94.433</u>	<u>100,00</u>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 20.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

20.2. Reservas de Capital

	30/06/2013	31/12/2012
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.624	1.544
	<u>99.512</u>	<u>99.432</u>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

20.3. Reservas de Lucros

	30/06/2013	31/12/2012
Reserva legal	88.095	88.094
Plano de pensão	2.876	2.117
	<u>90.971</u>	<u>90.211</u>

20.4. Lucros acumulados

a) Composição de lucros acumulados

	30/06/2013	30/06/2012
Lucro líquido no período	161.113	181.624
Depreciação (custo atribuído)	50.300	51.575
Baixas (custo atribuído)	88	351
IR/CSLL diferidos	(17.132)	(17.655)
	<u>194.369</u>	<u>215.895</u>

b) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dividendos aprovados	-	83.969
Juros sobre capital próprio a pagar	119	73.879
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.072	1.078
	<u>1.191</u>	<u>158.926</u>

20.5. Ajustes de avaliação patrimonial

	<u>Custo atribuído</u>	<u>Plano de Pensão</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	938.773	-	938.773
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial			
Depreciação	(50.300)	-	(50.300)
Baixa	(88)	-	(88)
IR/CSLL diferidos	17.132	-	17.132
	<u>(33.256)</u>	<u>-</u>	<u>(33.256)</u>
Resultado abrangente			
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	1.151	1.151
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	(391)	(391)
	<u>-</u>	<u>760</u>	<u>760</u>
Reclassificação para reservas de lucros - CPC 33 (R1)	-	(760)	(760)
Saldo em 30/06/2013	905.517	-	905.517

Vide comentários adicionais na nota explicativa 20.6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>01/04/2013 a 30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/06/2013</u>	<u>01/04/2012 a 30/06/2012</u>	<u>01/01/2012 a 30/06/2012</u>
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	236.513	471.793	178.417	353.156
Contratos de leilões	62.099	125.165	92.884	190.607
PLD	11.599	11.751	32.251	72.774
MRE	5.584	10.145	2.731	3.875
	<u>315.795</u>	<u>618.854</u>	<u>306.283</u>	<u>620.412</u>
Outras receitas	4.088	9.550	15	28
	<u>319.883</u>	<u>628.404</u>	<u>306.298</u>	<u>620.440</u>
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(26.431)	(52.686)	(24.564)	(49.327)
ICMS	(3.817)	(8.021)	(1.286)	(2.410)
P&D	(3.016)	(5.725)	(2.808)	(5.662)
	<u>(33.264)</u>	<u>(66.432)</u>	<u>(28.658)</u>	<u>(57.399)</u>
Receita operacional líquida	286.619	561.972	277.640	563.041

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, detalhamento dos custos e despesas operacionais por natureza:

	01/04/2013 a 30/06/2013			01/04/2012 a 30/06/2012
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	9.529	8.238	17.767	15.650
Material	1.000	50	1.050	836
Serviços de terceiros	5.611	4.020	9.631	12.040
Taxa de fiscalização da Aneel	1.047	-	1.047	1.119
Energia comprada para revenda e encargos de serviço do sistema	7.004	-	7.004	3.978
Encargos de uso da rede elétrica	18.266	-	18.266	20.540
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	14.202	-	14.202	13.315
Depreciação e amortização	53.904	493	54.397	55.775
Provisões/(reversões) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	467	220	687	(134)
Provisões/(reversões) para crédito de liquidação duvidosa	-	355	355	(6.934)
Aluguéis	(1)	912	911	887
Seguros	1.109	-	1.109	933
Outras	227	1.895	2.122	2.322
	112.365	16.183	128.548	120.327

	01/01/2013 a 30/06/2013			01/01/2012 a 30/06/2012
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	17.781	15.622	33.403	30.444
Material	1.792	73	1.865	1.713
Serviços de terceiros	10.113	7.851	17.964	18.853
Taxa de fiscalização da Aneel	2.095	-	2.095	2.238
Energia comprada para revenda e encargos de serviço do sistema	31.413	-	31.413	8.199
Encargos de uso da rede elétrica	36.778	-	36.778	41.075
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	27.228	-	27.228	28.100
Depreciação e amortização	107.814	990	108.804	111.560
Provisões/(reversões) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	2.098	1.163	3.261	(64)
Reversões para crédito de liquidação duvidosa	-	(2.389)	(2.389)	(4.610)
Aluguéis	(2)	1.778	1.776	1.744
Seguros	2.191	-	2.191	1.833
Outras	545	3.024	3.569	3.887
	239.846	28.112	267.958	244.972

23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

23.1. Energia elétrica vendida

Suprimento	01/04/2013 a 30/06/2013		01/04/2012 a 30/06/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.544.381	236.513	1.229.954	178.417
Contratos de leilões	562.465	62.099	967.228	92.884
PLD	41.854	11.598	195.681	32.251
MRE	573.525	5.585	285.702	2.731
	2.722.225	315.795	2.678.565	306.283

Suprimento	01/01/2013 a 30/06/2013		01/01/2012 a 30/06/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	3.117.818	471.793	2.446.912	353.156
Contratos de leilões	1.141.906	125.165	1.999.597	190.607
PLD	41.854	11.751	781.248	72.774
MRE	1.034.160	10.145	406.391	3.875
	5.335.738	618.854	5.634.148	620.412

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MW de Energia Assegurada contratadas/expectativa de realização de contratos pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR em 30 de junho de 2013.

	MW (*)		
	2013	2014	2015
Energia disponível para venda	1.008	1.004	1.004
ACR	264	211	-
2005 (8 anos)	-	-	-
2006 (8 anos)	53	-	-
2007 (8 anos)	211	211	-
ACL	711	689	842
Contratos bilaterais com consumidores livres	711	689	842
Subtotal	975	900	842
Energia livre para contratação	33	104	162
Percentual de energia contratada	96,7%	89,6%	83,9%

(*) Não revisado pelos auditores independentes

23.2. Energia elétrica comprada para revenda

	01/04/2013 a 30/06/2013		01/04/2012 a 30/06/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	-	-	43.680	3.977
Energia comprada - PLD	23.981	(1.230)	-	1
Energia comprada - MRE	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema	-	8.234	-	-
	23.981	7.004	43.680	3.978

	01/01/2013 a 30/06/2013		01/01/2012 a 30/06/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	-	-	87.380	7.957
Energia comprada - PLD	129.809	21.474	-	206
Energia comprada - MRE	-	-	3.137	36
Encargo de serviços de sistema	-	9.939	-	-
	129.809	31.413	90.517	8.199

(*) Não revisado pelos auditores independentes

Em 2013 foi registrado montante de R\$ 9.939 (sem valor equivalente no período anterior) referente a cobrança de encargo de serviços do sistema - ESS, em decorrência do despacho adicional das usinas termelétricas motivado por razões energéticas. Tais valores não apresentam volume de energia correspondente e são destinados exclusivamente ao ressarcimento destes agentes de geração termelétrica, referente aos custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema interligado nacional.

As variações do saldo de Energia Elétrica Comprada para Revenda decorrem da movimentação normal do presente período, exceto pelo ESS supracitado, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 23.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	01/04/2013 a	01/01/2013 a	01/04/2012 a	01/01/2012 a
	30/06/2013	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012
Tust	16.037	32.080	17.177	34.415
Tusd-g	2.180	4.609	3.326	6.588
Encargos de conexão	49	89	37	72
	18.266	36.778	20.540	41.075

Vide comentários adicionais na Nota 23.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Receitas				
Aplicações financeiras	5.556	8.505	10.199	19.109
Receitas plano de pensão (vide Nota 16)	-	-	1.731	3.462
Variações monetárias				
Depósitos judiciais - Tusd-g	596	1.152	774	1.346
Depósitos judiciais - Outros	208	433	248	496
Outras	60	60	90	95
Juros sobre RTE	-	-	-	261
Juros e descontos obtidos	80	508	124	961
	6.500	10.658	13.166	25.731
Despesas				
Despesas plano de pensão (vide Nota 16)	(732)	(1.464)	-	-
Juros debêntures	(22.364)	(43.138)	(23.973)	(47.333)
Variações monetárias				
Debêntures	(5.080)	(14.146)	(14.643)	(18.131)
Tusd-g	(944)	(1.600)	(1.015)	(2.194)
Provisões p/ riscos fiscais, trabalh. e ambientais	(97)	(198)	(211)	(431)
Outras	(249)	(488)	(506)	(876)
Despesas financeiras CCEE	(26)	(26)	-	-
Outras despesas financeiras	(340)	(593)	(291)	(668)
	(29.832)	(61.653)	(40.639)	(69.633)
	(23.332)	(50.995)	(27.473)	(43.902)

25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	59.729	107.409	57.404	121.083
Lucro disponível aos acionistas ordinários	29.865	53.704	28.702	60.541
	89.594	161.113	86.106	181.624
Denominador				
Média ponderada de número de ações preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.478	31.478	31.478	31.478
	94.433	94.433	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação				
Ação preferencial	0,94875	1,70611	0,91181	1,92330
Ação ordinária	0,94875	1,70611	0,91181	1,92330

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 26 daquelas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

a) Caixa e equivalentes de caixa (vide Nota 6)

Aplicações no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado.

b) Debêntures (vide Nota 14)

	30/06/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Debêntures	998.387	948.909	950.163	1.049.724

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2013 e 2012, assim como não possui operações com derivativos na data destas demonstrações financeiras. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir tais operações.

27. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Descrição	Cobertura em R\$ milhares	
	30/06/2013	31/12/2012
Danos Materiais e Lucros Cessantes	983.062	914.200
Responsabilidade Civil (Concessionária)	10.168	9.142

28. EVENTO SUBSEQUENTE

28.1. Quarta emissão de debêntures

Conforme fato relevante divulgado em 20 de maio de 2013, em 16 de julho de 2013, a Companhia emitiu R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 4ª emissão pública de distribuição de debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores qualificados.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da AGE da Companhia realizada em 13 de junho de 2013; (ii) da reunião do Conselho Fiscal realizada em 17 de maio de 2013, que deu parecer favorável à captação de recursos através da quarta emissão de debêntures; (iii) da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de maio de 2013.

As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura da quarta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de primeira, segunda e terceira emissões.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) o pagamento de principal, juros e correção monetária incidentes sobre a primeira série e a segunda série da primeira emissão de debêntures da Companhia; (ii) o pagamento de principal, juros e correção monetária incidentes sobre a primeira amortização da segunda emissão de debêntures da Companhia; (iii) o pagamento de juros incidentes sobre a terceira emissão de debêntures da Companhia; e (iv) reforma da Unidade Geradora ("UG") 1, da UG 2 e da UG 3 da Usina de Chavantes, sob concessão da Companhia.

A Companhia captou, por meio da emissão, recursos com custos menores e melhor prazo de vencimento do que aqueles atualmente utilizados, a fim de alongar o perfil do seu endividamento e aproveitar as condições de mercado.

O prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de julho de 2018 e o prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de julho de 2023, ressalvada a hipótese de vencimento antecipado e/ou de resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos da Escritura de Emissão.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Jairo de Campos
Presidente

Andréa Elizabeth Bertone
Membro Efetivo

Elizabeth Christina DeLaRosa
Membro Efetivo

Maurício Lotufo Maudonnet
Membro Efetivo

Gláucio João Agostinho
Membro Efetivo

Paulo Nicácio Júnior
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz
Conselheiro Suplente

Bernardo Almeida Brito Garcia
Conselheiro Suplente

Diretoria Executiva

Armando de Azevedo Henriques
Diretor Executivo Presidente

Angela Aparecida Seixas
Diretora Executiva Financeira e de
Controles Internos e Diretora Executiva
de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa
Diretor Executivo de Operações

César Teodoro
Diretor Executivo de Meio Ambiente,
Saúde e Segurança

Jairo de Campos
Diretor Executivo de Recursos Humanos,
Administração, Compras e Informática